



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Uelma Alves da Silva

**SAN TIAGO DANTAS E A OPINIÃO PÚBLICA: CUBA NA
CONFERÊNCIA DE PUNTA DEL ESTE (1962)**

BRASÍLIA

2016



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

SAN TIAGO DANTAS E A OPINIÃO PÚBLICA: CUBA NA CONFERÊNCIA DE PUNTA DEL ESTE (1962)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada e bacharela em História.

BRASÍLIA

2016



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

**SAN TIAGO DANTAS E A OPINIÃO PÚBLICA: CUBA NA
CONFERÊNCIA DE PUNTA DEL ESTE (1962)**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal (Orientador)

Prof. Dr. Tânia Maria Pechir Gomes Manzur (Instituto de Relações Internacionais)

Prof. Dr. Antônio José Barbosa (Departamento de História)

Data da defesa: **13 de Dezembro**

BRASÍLIA

2016

AGRADECIMENTOS

Esse é um exercício complexo, pois é hora de pôr em palavras o que normalmente fica subentendido no cotidiano, além do fato de que seriam necessárias muitas folhas e uma impecável memória para executar satisfatoriamente tal tarefa, mas farei uma breve síntese. Início os meus agradecimentos às pessoas a qual devo minha existência, minha mãe e meu pai, exemplos de caráter que pretendo carregar sempre ao longo da caminhada pessoal e profissional. Agradeço às amigas Mits Mirian e Emily Souza inspirações que carrego no meu dia a dia.

Agradeço profundamente a todos os meus professores do ensino básico, pois foram eles que me fizeram escolher minha profissão, especialmente os da disciplina de História e os do Ensino Médio. A todos os meus professores da Universidade de Brasília, pois mesmo que tenha sido apenas por um semestre a memória que carrego é suficiente para enriquecer minha carreira profissional. Gostaria de citar alguns nomes que se tornaram inspirações durante o período da graduação. Agradeço a professora Ione Oliveira cujas aulas serão inesquecíveis tanto pela qualidade como pelo ambiente descontraído que ela consegue proporcionar em sala de aula. À professora Susane Oliveira pela dedicação e profissionalismo com que trabalha o ensino de História.

Aos professores Daniel Faria e Thiago Tremonte, pelo aprendizado, pela inquietude e profissionalismo transmitido através das suas aulas. Ao professor Estevam Thompson, que mesmo em um semestre foi capaz de transmitir ensinamentos fundamentais acerca da profissão. Ao meu orientador, Carlos Eduardo Vidigal, pela compreensão, paciência e parceria ao longo dos semestres, por ter aceitado ser meu orientador e dividido comigo um pouco da valiosa experiência acumulada ao longo da carreira, cujos ensinamentos levarei para a minha carreira profissional.

Às amigas e amigos que cultivo há décadas. Agradeço a todas as minhas amigas e amigos que iniciaram a graduação comigo, pois aprendemos e crescemos juntos com o decorrer dos semestres. Retribuo o carinho da irmã de sangue diferente e historiadora Vanessa Queiroz agradecendo pela amizade construída ao longo da graduação. Como diz a canção, “andar com fé eu vou que a fé não costuma falhar”, essa mensagem me inspirou até aqui e, com a mesma, pretendo seguir.

À banca examinadora, pela disponibilidade e atenção, cujos trabalhos foram fundamentais para o desenvolvimento desta monografia.

RESUMO

O objetivo desta monografia é analisar o esforço do Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, junto à opinião pública para legitimar o posicionamento do Brasil na Conferência de Punta del Este, que ocorreu em janeiro de 1962. Esta pesquisa usou como fontes primárias a obra *Política Externa Independente*, de autoria do próprio ministro e três jornais que circularam no Rio de Janeiro: *Diário Carioca*, *Diário de Notícias* e a *Tribuna de Imprensa*. Obedecendo aos princípios da Política Externa Independente (PEI) e a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), San Tiago Dantas se absteve de votar a exclusão de Cuba do Sistema Interamericano. Em meio a Guerra Fria e às críticas ao governo do presidente João Goulart, a posição do ministro foi recebida negativamente por uma parte da opinião pública. Ao retornar ao Brasil, San Tiago Dantas primeiro justificou seu voto ao público brasileiro e, posteriormente, se dirigiu à Câmara dos Deputados, onde enfrentou oposição de alguns deputados. San Tiago Dantas, ao final da sua explanação na Câmara, revelou a atenção com que viu as tendências da opinião pública que se formou a respeito do seu posicionamento, um resultado do estado democrático que vigorou no Brasil.

Palavras-chave: Opinião Pública. História. Política Externa Independente. Cuba.

ABSTRACT

The propose of this work is to analyze the effort of the Foreign Minister San Tiago Dantas towards the public opinion to legitimize Brazil's political position in the Conference of Punta Del Est that happened in January 1962. This research used as primary sources the work of the minister himself called Brazil's Independent Foreign Policy and three newspapers from Rio de Janeiro: *Diário Carioca*, *Diário de Notícias* and *Tribuna da Imprensa*. According to the principles of the Brazil's Independent Foreign Policy and the Charter of the Organization of the American States, San Tiago Dantas abstained from voting for Cuba's banishment from the Inter-American System. Bearing in mind the Cold War and the critics upon president Joao Goulart's government, the minister's political position was received negatively by part of the public opinion. Returning to Brazil, San Tiago first justified his vote to Brazilians and then headed to the Chamber of Deputies, in which some deputies opposed to him. By the end of his explanation in the Chamber of Deputies, he revealed the attention with which he saw the trends that were formed about his position from the public opinion, a result of the democratic state present in Brazil.

Key-words: Public Opinion. History. Independent Foreign Policy. Cuba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
Capítulo 1- Opinião Pública e História.....	11
Capítulo 2 - Política Externa e Opinião Pública no Governo Goulart.....	16
Capítulo 3- As justificativas de San Tiago Dantas e o debate com a Opinião Pública.....	26
CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE.....	43

*“A opinião pública... Por entre os dedos do historiador, a noção
escapa como areia”*

Jeanneney, 1981 apud Becker, 1996, p.187

INTRODUÇÃO

A Nova História Política trouxe a oportunidade de estudar diferentes fontes e dialogar com outras ciências. Esta monografia inspirou-se nessa nova abordagem historiográfica que se destacou a partir da Escola dos Anais (1960). A obra usada para o desenvolvimento deste trabalho foi a do historiador Réne Remond, *Por uma história política* (1996), obra na qual a opinião pública é situada dentro da perspectiva da Nova História Política. O capítulo de Jean Jacques Becker foi de suma importância, pois o autor ofereceu valiosas contribuições para o entendimento desse conceito.

Becker situa o historiador em meio à discussão sobre o caráter singular do conceito de opinião pública, isto é, deve-se falar em tendências de opinião pública coexistindo em sociedade. A principal obra usada para essa discussão foi a de Tânia Manzur (2009), *Opinião Pública e Política Exterior do Brasil (1961-1964)*, que através da História das Relações Internacionais apresentou uma análise profunda do período utilizando jornais, revistas, Diários do Congresso Nacional, entre outras fontes, que foram importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa.

A obra publicada por San Tiago Dantas (1962), *Política Externa Independente*, contém diversos discursos diplomáticos feitos pelo ministro durante sua gestão e foi a razão do trabalho desenvolvido com os jornais, pois era necessário demonstrar como ocorreu o diálogo entre o ministro das relações exteriores e as correntes de opinião pública que circulavam na imprensa. Os jornais utilizados foram do Rio de Janeiro: *Diário Carioca*, *Diário de Notícias* e a *Tribuna da Imprensa* por serem jornais importantes no processo de modernização da imprensa brasileira e, também, pelo fácil acesso aos acervos desses jornais. O objetivo é mostrar as tendências de opiniões, que vigoraram motivadas pelo desempenho do ministro San Tiago Dantas na Conferência de Punta del Este.

Na primeira parte, abordo a discussão teórica sobre o conceito de opinião pública. O livro do jornalista Walter Lippmann faz uma análise dos Estados Unidos em particular, mas foi importante para discutir questões como, por exemplo, a maneira que os sujeitos da sociedade percebiam a opinião pública, pois o jornalista fala sobre a subjetividade com que é formada cada opinião pública. O objetivo principal, dessa maneira, é que o (a) leitor (a) perceba como a Historiografia pode utilizar em suas análises o conceito de opinião pública apresentado através da obra de René Remond.

Na segunda parte, apresento o desenvolvimento da questão cubana e da política externa brasileira na Conferência de Punta del Este. Usando as classificações da obra de Tânia Manzur, destaco as quatro tendências da opinião pública do governo Jânio, ainda presentes no início da administração de João Goulart, são elas: liberal-associacionista, liberal-nacionalista, universal-independentista e radical-nacionalista. A VIII reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos realizada em Punta del Este foi um pedido do governo da Colômbia para discutir a situação de Cuba no continente. Desde que Fidel Castro conseguira concretizar a Revolução Cubana, o continente estava inquieto principalmente pela constante aproximação daquele governo com a União Soviética. Os Estados Unidos foram um dos primeiros países a se opor ao governo de Fidel Castro.

Em 1961, Fidel Castro anunciou ser marxista-leninista, trazendo o problema continental para a escala da Guerra Fria, pois inseriu Cuba na disputa bipolar entre socialismo e capitalismo, escolhendo a primeira opção assim como adotou uma posição contrária a dos Estados Unidos. O Brasil preparou-se antecipadamente para a VIII Conferência. O Ministro das Relações Exteriores, Francisco Clementino San Tiago Dantas, sob a administração de João Goulart, reuniu-se no início de 1962 com os chanceleres de diversos Estados americanos para esclarecer a atitude brasileira, que votaria sob os princípios da Política Externa Independente (PEI), adotada desde o governo de Jânio Quadros.

Dentre os princípios da política exterior brasileira, presentes também na PEI, os mais utilizados por San Tiago Dantas, para solucionar a questão sobre Cuba, foram os da não-intervenção e autodeterminação dos povos. San Tiago Dantas acreditava que isolar Cuba no hemisfério poderia aproximar o país dos governos comunistas. Portanto, a partir desses princípios que a delegação brasileira foi para Punta del Este em janeiro de 1962.

Durante a Conferência, a posição do Brasil divergia dos Estados Unidos que, apesar de manter o diálogo pacífico com San Tiago Dantas, desaprovava a posição neutralista brasileira que não condenava o governo de Cuba e discordava da posição norte-americana. Os esforços da delegação e dos outros países aliados, em acordo com o objetivo do Brasil, diminuíram as resoluções negativas sobre Cuba. A Ilha foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Junta Interamericana de Defesa (JID). Na primeira resolução, o Brasil – junto com a Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México – absteve-se e, diante disso, contestou tal decisão. Contudo, a segunda resolução foi aprovada por todos os países da OEA, pois colocava em discussão o comunismo no continente, que já havia sido condenado pela maioria dos países da Organização.

Na terceira parte, apresento o principal objetivo deste trabalho, que é mostrar como as tendências de opinião pública foram levadas em consideração pelo ministro San Tiago Dantas durante o processo de votação da Conferência de Punta del Este assim como revelo a opinião divulgada por esses jornais acerca do posicionamento do ministro. Este exercício é realizado de maneira simples e breve visto a complexidade que exige caso aprofundasse no tema. Não se pode afirmar, no entanto, que a opinião pública foi o principal motivo da abstenção da delegação brasileira, mas, como discuto ao longo deste trabalho, ela se tornou uma preocupação constante no governo de João Goulart.

As discordâncias e, mesmo as concordâncias, entre as opiniões de San Tiago Dantas e os jornais analisados estavam presentes no Parlamento brasileiro, como se notou quando ele foi à Câmara dos Deputados. San Tiago Dantas ressalta, ao final da sua fala na Câmara para defender seu posicionamento, a importância da opinião pública naquele momento para o Brasil. Percebe-se que, mesmo com as críticas ao governo de João Goulart, esse foi um período oportuno para a imprensa e para a formação dessas tendências de opinião pública, formadas em meio ao processo democrático.

Convido o (a) leitor (a) para uma análise, ainda que breve, sobre a temática, esperando que a importância da opinião pública – que ganha cada vez mais espaço nas discussões da sociedade contemporânea, junto com a História – seja percebida neste trabalho e, também, no cotidiano. Convido também os (as) historiadores (as) para que continuem o estudo dessa temática a fim de ampliar a leitura acerca do assunto e enriquecer a Historiografia. Finalmente, convido ambos à leitura desta monografia, que é fruto da curiosidade sobre diferentes temáticas e, que, só foi possível, porque ao longo da graduação ficou-me claro que um ponto final nos trabalhos de História, em especial, nunca é definitivo.

PARTE 1- OPINIÃO PÚBLICA E HISTÓRIA

O conceito de opinião pública pode ser encontrado em diversas áreas do conhecimento, desde pesquisas na área da Ciência Política e do Jornalismo que, frequentemente, fazem uso do termo, assim como da Economia e das Relações Internacionais. Com o objetivo de buscar a relação entre opinião pública e a História, e, também, com a política interna e externa, apresento uma breve análise acerca do conceito de opinião pública.

O significado de opinião pública, como entendido atualmente, na maioria dos estudos, surgiu no século XVIII. O uso do termo foi datado do ano 1750, em discurso proferido por Jean Jacques Rousseau. O conceito está diretamente relacionado às discussões propostas pela Filosofia e, desde a antiguidade, termos congruentes foram usados, como opinião popular. É a partir do modelo político liberal que se compreende opinião pública como maiúscula, única, estabelecendo-se um contato entre a sociedade civil e o Estado (SAMUEL, 2008, p.61).

Nos estudos acerca do conceito a principal metáfora é a comparação da opinião pública como sendo o tribunal no qual a imprensa exerce papel importante. Ela deve ser crítica e levar ao público as decisões governamentais. Segundo Tocqueville (1981 apud SAMUEL, 2008, p.62), “a imprensa é o olhar que traz à luz os segredos da política e força os homens públicos a comparecer perante o tribunal da opinião”. Deste modo, o editor do jornal atua como um juiz.

No século XX, a obra *Opinião Pública* é desenvolvida por Walter Lippmann responsável por cunhar a expressão Guerra Fria. O jornalista demonstra a complexidade do uso do termo, assim como as variáveis que se devem levar em conta na formação desse conceito:

Aqueles aspectos do mundo exterior que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamento, são suas opiniões públicas (2010, p.40).

Lippmann faz sua análise baseado na sociedade norte-americana. Ele considera a importância de diversos fatores na formação da opinião pública como, por exemplo, a velocidade e a clareza das palavras que são transmitidas, os estereótipos que todos os indivíduos acabam por adotar e também os interesses que cada um possui sobre determinado

assunto. Ainda em relação ao conceito, a opinião pública “seria fruto da ação de grupos interessados ou de pessoas agindo em nome de grupos. A opinião reconhecida como pública, então, seriam as opiniões feitas públicas. E não as opiniões surgidas do público” (LIPPMANN, 2008 apud FERREIRA, 2015, p.63). Tânia Manzur, pesquisadora do tema, assim define a opinião pública:

Opinião pública é o conjunto de diferentes correntes de pensamento expressas em uma localidade, em determinado período, acerca de uma ou mais temáticas, correntes essas que revelam percepções, visões de mundo, conceitos e preconceitos, idéias e ideologias. Para ser opinião pública, ela deve ter vindo a público, ou ter sido publicada, na medida em que não se pode aferir opiniões não reveladas. Também não se trata das idiossincrasias de indivíduos, já que uma corrente de pensamento não pode ser mensurada pela individualidade, mas pelo coletivo. Nesse sentido, o conceito, engloba a expressão de grupos definidos politicamente (como, por exemplo, o Parlamento, ou os partidos políticos), economicamente (as elites, as camadas populares) e socialmente (os movimentos sociais, entre os quais associações, grupos religiosos, militares), naquilo em que apresentem um consenso, uma unidade em torno de percepções e posições definidas. Muito relevante na construção desse conceito é o papel da imprensa, que tanto espelha quanto induz a formação de opiniões e tendências (MANZUR, 2009, p.29).

Percebe-se, dessa forma, a pluralidade que envolve o conceito. Na área da Historiografia, um campo se abre sobre essas questões em meados do século XX, quando a tradicional História Política vai ceder espaço para novas pesquisas, como fez o historiador René Remond, que tratou de estudar o que ficou conhecido como Nova História Política, na sua obra *Por uma História Política* (1996).

A História Política foi protagonista dos estudos históricos durante séculos. Tratava-se da narrativa sobre o Estado, do poder e suas disputas ou conservação, das instituições onde o poder era reinante, que garantiu seu espaço em inúmeras obras de História (REMOND, 1996, p.15). No século XX, mais precisamente na década de 1960, a partir dos estudos da Escola dos Anais e do contato dessa História Política com a renovação que acontecia nas Ciências Sociais, ela tomou emprestado noções e interrogações dessas áreas que levou ao movimento da Nova História Política. Por exemplo, a junção entre Ciência Política e Sociologia obrigou o (a) historiador (a) estudar “as noções de representação ou de consenso, cujo lugar é conhecido na reflexão política contemporânea, quando aplicadas a experiências antigas, lançam uma nova luz sobre acontecimentos”, proporcionando descobertas inéditas a partir dessas pesquisas (REMOND, 1996, p.30).

A Nova História política “não pretende que tudo seja político, nem terá a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e a última palavra, mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades” (REMOND, 1996, p.441-450). Para o autor, só é política a relação com o poder na sociedade global, ou seja, onde indivíduos exercem atividades demarcadas por fronteiras chamadas de políticas. No ocidente, ela se confunde com a nação e tem o Estado como símbolo e instrumento; ora este campo se dilata ora se encolhe. Remond aborda as principais questões que constituem o político trazendo a discussão para o campo da opinião pública.

O historiador Jean Jacques Becker (1996, p.186-187) participou da obra de Remond com um capítulo sobre opinião pública. Segundo o autor, o estudo desse campo não constitui algo novo na História, embora se note uma ausência de trabalhos durante meio século que, provavelmente, impediu o crescimento dos estudos. A opinião pública participa de uma “abordagem global da história” é uma história “passiva” devido ao processo descritivo dos acontecimentos, mas “ativa” quando procura saber se a opinião influenciou no acontecimento, no processo histórico.

Anteriormente a 1914, o teórico alemão Wilhelm Bauer opunha duas formas de opinião pública: a estática, localizada no tempo longo, e dinâmico, localizada no tempo curto. A primeira era o resultado das tradições, das estruturas da sociedade entre outros elementos, para Becker essa é o que se passou a ser chamada História das mentalidades. No segundo caso, era a reação da opinião diante do acontecimento como, por exemplo, a opinião frente a uma guerra. Segundo o autor não há um limite claro entre a história das mentalidades e da opinião pública, visto que ambas trabalham constantemente com o coletivo e o pessoal. Usando a definição do historiador Fernand Braudel, o autor define a história da opinião pública como uma micro-história, atenta ao tempo breve, ao indivíduo e à História (1996, p.188-189).

Um ponto importante que Becker apresenta (2006, p.188-194) é a questão da unicidade e da existência da opinião pública. Quando se escuta falar de opinião pública no singular, por uma questão de comodidade, o (a) historiador (a) percebe que “corresponde a uma realidade plural, às tendências da opinião pública”, entretanto, elas possuem pesos diferentes, assim como a intensidade com que são absorvidas pelo meio. O autor questiona: não é ela apenas o resultado de uma “fabricação”? Segundo ele, essa não é a principal questão para a História. A principal questão para o seu uso, não importando suas origens em um determinado momento, é o seu marco histórico.

Ao longo dos anos 1960, a pesquisa de opinião se torna fonte de informações por meio, principalmente, da imprensa. Sobre o uso dos jornais, “seria tolice ignorar que eles não são apenas o meio de expressão de espíritos independentes, mas também, e com muita mais frequência, de grupos de pressão diversos, políticos ou financeiros” (BECKER, 1996, p.196). A imprensa, porém, não é capaz de medir cada tendência da opinião pública pelo fato de não possuir espaço para a publicação de todas as tendências coexistentes na sociedade. O trabalho com a imprensa não necessita ser unívoco, isto é, trabalhar com fontes diversificadas é uma opção para a compreensão das tendências de opinião pública.

Becker concluiu seu capítulo questionando o papel da história da opinião pública. Segundo ele, “a opinião pública integra-se no processo histórico e muito em particular na história política: se a história é também explicação do passado, não existe explicação completa sem que seja elucidado o papel desempenhado pela opinião pública” (1996, p.202) e identificar o papel desta no acontecimento histórico é uma tarefa complexa como, por exemplo, no caso da política internacional:

A rapidez com que muitas vezes se devem tomar as decisões impediu no passado, e ainda impede – apesar das pesquisas-, que aqueles que tomam decisões tenham tempo de conhecer o estado real da opinião pública, a qual, aliás, desconhece inúmeros elementos da situação. Nessas condições, muitas decisões de política externa foram e são tomadas sem a influência da opinião pública. Poderíamos em compensação avaliar que o mesmo não ocorre no domínio interno: em geral aí as decisões não têm um caráter de extrema urgência, e não dependem ao mesmo tempo de parceiros ou de adversários. Contudo, mesmo aí, frequentemente os governantes não dispõem de informações suficientemente claras sobre o estado da opinião pública [...] afinal, quer na política externa, quer na política interna, mesmo na era das pesquisas, é pouco verossímil que a opinião pública desempenhe um papel importante no nível das decisões – ao contrário, as decisões têm sempre como objetivo fazer evoluir a opinião pública no sentido desejado (BECKER, 1996, p.202-203).

Desse modo, compreende-se que a opinião pública exerce um papel de representação política em relação à sociedade, tornando-se um exercício de poder entre governantes e governados. Feita a apresentação de alguns conceitos sobre opinião pública esse trabalho usará a linha de pesquisa discutida por Jean Jacques Becker, que discute o termo na perspectiva da Nova História Política, e também elementos do trabalho de Tânia Manzur, que discute a opinião pública brasileira no período aqui estudado.

O governo brasileiro, sob as vigências de Jânio Quadros (1960-1961) e João Goulart (1961-1964), ilustra como as tendências da opinião pública embaraçaram as decisões da política externa diante das concepções do ministro San Tiago Dantas e seu posicionamento frente à questão sobre Cuba. Contando com uma opinião ora favorável ora desfavorável, os governos da década de 1960 perceberam a importância da opinião pública.

CAPÍTULO 2 - POLÍTICA EXTERNA E OPINIÃO PÚBLICA NO GOVERNO

GOULART

Uma nova ordem mundial formou-se após a Segunda Guerra Mundial devido à disputa entre as superpotências: Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS). Esses dois países adotavam dois sistemas diferentes: os EUA defendiam o sistema capitalista e a URSS o socialismo. Essa dualidade marcou as Relações Internacionais em meados do século XX. Os Estados Unidos lançaram o Plano Marshall, com o objetivo de ajudar os países europeus destruídos pela guerra. A URSS tentou expandir seu sistema criando partidos comunistas na Europa e impulsionando processos revolucionários espalhados pelo globo. A ameaça do comunismo mundial não foi bem recebida pelo governo dos Estados Unidos, que iniciou uma oposição a esse processo de expansão soviética. Esse foi o período conhecido como Guerra Fria (CASTAÑARES, 2003, p.426-428, tradução nossa).

A Guerra Fria iniciou-se, para Castañares (2003, p. 429-430, tradução nossa), em 1947 e, sobre o conceito, pode-se afirmar que foi um enfrentamento não bélico, e que, uma ordem bipolar foi estabelecida na qual ambos os envolvidos buscaram preservar sua área de influência, distinguindo-as entre amigos e inimigos. Ambos os países respeitavam suas áreas de influência, porém, quando isso não acontecia, criava-se uma tensão mundial, como ocorreu com Cuba.

Os Estados Unidos junto com outros 51 países formaram a Organização das Nações Unidas (ONU) e voltaram sua atenção para a reconstrução dos países europeus derrotados na Segunda Guerra Mundial. Com o inimigo estabelecido – a URSS –, devido a disputa que se instalou no pós-guerra, o governo norte-americano, comandado na época por Harry Truman, criou o Plano Marshall, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e a Doutrina Truman. O Plano Marshall significou ajuda financeira para a reconstrução dos países europeus destruídos durante a Segunda Guerra e foi criado em 1948. A lógica capitalista favorecia a reconstrução destes mercados “para que se fortalecessem futuramente e se renovassem de forma a reassumir seu posto de parceiro privilegiado dos Estados Unidos” (MANZUR, 2014, p. 174). Uma visão estratégica por parte do governo norte-americano.

A OTAN foi usada para combater a presença do comunismo na Europa, era uma aliança defensiva que representava o lado estratégico-militar dos Estados Unidos assim como mostrava a importância da chamada segurança coletiva nas relações internacionais. A

Doutrina Truman foi um plano político-ideológico de ações ofensivas pelos EUA contra o comunismo internacional. Por sua vez, a URSS assinou o Pacto de Varsóvia, uma aliança militar para proteção dos países socialistas usando o mecanismo de segurança coletiva semelhante a OTAN (MANZUR, 2014, p.174-175).

Os países latino-americanos se organizaram em 1947-1948, em dois instrumentos: O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Foram baseados em quatro princípios: a intervenção, a igualdade jurídica dos Estados, o convívio pacífico das diferenças e a defesa coletiva contra agressões externas ao subcontinente (BOERSNER, 1996, p.186). A OEA “deu uma estrutura organizacional ao conceito de segurança hemisférica, no contexto do início da Guerra Fria entre as duas superpotências” e o TIAR era um sistema de segurança hemisférica no continente e (BEZERRA, 2012, p. 41).

No Brasil, o presidente Juscelino Kubistchek, eleito em outubro de 1955 e empossado em 1956, marcou presença na política externa. Kubistchek solicitou ajuda econômica por parte dos Estados Unidos para os países latino-americanos com o intuito de eliminar as presenças e influências comunistas, que se faziam cada vez mais presentes na região. O pedido revelava um desejo dos países latinos de ajuda norte-americana, pois os esforços desse país estavam sendo direcionados apenas para o controle do comunismo na Europa (MONIZ BANDEIRA, 1998, p.164-166).

Em 1958, o vice-presidente Richard Nixon visitou Argentina, Uruguai, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela. Devido às hostilidades com que Nixon foi recebido nestes países, ficou evidente a desaprovação da política externa dos Estados Unidos na América Latina. Kubistchek lançou neste mesmo ano a Operação Pan-Americana (OPA), que tinha o propósito de unir os países da região, a fim de atenderem seus interesses econômicos com a ajuda dos Estados Unidos. O representante dos Estados Unidos, John Foster Dulles, veio ao Brasil para discutir a questão, embora seu interesse tenha sido um possível convênio entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, com o intuito de garantir o afastamento do comunismo na região. A OPA não teve avanços significativos.

No ano seguinte a essa proposta, as suspeitas dos Estados Unidos quanto à presença de projetos revolucionários no continente foram confirmadas. Em 1959, se concretizou a Revolução Cubana, resultado de um projeto desenvolvido pelo advogado Fidel Castro Ruz e, principalmente, resultado da insatisfação do povo cubano em relação aos seus governos, posto que viviam em uma ditadura, tendo os Estados Unidos como apoiadores. Castro começou a

executar a derrubada do ditador Fulgêncio Batista em 26 de julho de 1953, em uma ação contra o quartel Moncada, símbolo do poder de Batista, que fracassou, levando à sua prisão. Após a saída da prisão, Fidel Castro e seus companheiros foram para o México onde estava o argentino Che Guevara, que se juntou ao projeto revolucionário. Fidel Castro e mais 82 guerrilheiros regressaram para Cuba no barco *Granma* e, escondido em *Sierra Maestra*, comandou a revolução que ganhou inúmeros adeptos com o passar dos anos. Em 1958, as atividades revolucionárias se tornaram mais intensas, e o governo norte-americano percebeu que Batista não conseguia mais controlar o avanço desse grupo. Assim, a ditadura de Batista foi derrotada e a Revolução Cubana concretizada (BEZERRA, 2012).

Os Estados Unidos aguardaram os primeiros movimentos da revolução, que, por sua vez, não adotou inicialmente nenhum alinhamento em meio à bipolaridade que separava o globo. Fidel Castro muitas vezes desmentiu o caráter comunista da revolução, embora Che Guevara e Raul Castro o declarassem abertamente. O Partido Comunista Cubano (PCC) não era simpático a Fidel, mas quando a revolução já estava quase concretizada, uma parcela do partido apoiou a revolução.

No Brasil, após o mandato de Juscelino Kubistchek Jânio Quadros e o seu vice João Goulart governaram o Brasil. Quando “Quadros chegou ao poder no Brasil, a guerra fria tinha sido substituída pela coexistência pacífica que constituiu uma flexibilização da ordem bipolar” (SEIXAS apud LIGIÉRO, 2000, p.200). Deste modo, a pressão dos Estados Unidos na América Latina era para o rompimento das relações com Cuba, em uma tentativa de isolar a Ilha, nesse primeiro momento, tendo como motivos a indiferença do governo Castro e uma aproximação cada vez maior com a URSS, antevendo um futuro comunista na Ilha.

A obra *Opinião pública e política exterior do Brasil (1961-1964)*, de autoria de Tânia Maria Pechir Gomes Manzur, traz importantes contribuições sobre a opinião pública brasileira do período. Segundo ela, quatro eram as tendências que predominavam na política externa brasileira, cada uma delas com um ponto de vista diferenciado.

A liberal-associacionista era uma corrente político-ideológica que desejava aliança entre o Brasil e os Estados Unidos, pois acreditavam que essa superpotência era a única capaz de impedir o comunismo no continente. Essa tendência era contra a intervenção do Estado na economia e a favor da economia de mercado e da empresa privada. Era apoiada por latifundiários exportadores e a classe média não ligada à industrialização. O embaixador Roberto Campos fez parte dessa corrente e durante sua atuação em Nova Iorque escreveu muito para influenciar a opinião pública brasileira a seguir essa corrente. A liberal-

nacionalista era uma corrente formada por liberais conservadores que defendiam um liberalismo sem dependência. A inflação poderia ser consertada com ajuda do capital estrangeiro. Temia o comunismo, mas confiavam nas instituições democráticas brasileiras. Tinha como defensor Plínio Salgado (MANZUR, 2009, p. 92-99).

A corrente universal-independentista tinha como objetivo expandir as áreas da sua política externa para países como a União Soviética. Não via o comunismo como uma real ameaça, desde que a democracia fosse fortalecida, razão por se tornar independente de blocos ideológicos. Acreditavam na autonomia frente aos Estados Unidos, mas isso não implicava o rompimento das relações e, sim, independência. San Tiago Dantas era um defensor dessa corrente. A corrente radical-nacionalista era contra a dependência do Brasil, principalmente em relação aos Estados Unidos. Atribuía ao capitalismo e ao imperialismo as razões dos males que aconteciam no Brasil. Eram tolerantes e favoráveis ao comunismo e apoiavam as relações entre o Brasil e a URSS. Leonel Brizola fazia parte desse grupo e apoiou a Revolução Cubana (MANZUR, 2009, p.102-111).

Quando o assunto era Cuba, as divergências entre essas correntes eram visíveis. A corrente universal-independentista era contrária a qualquer tipo de intervenção em Cuba. Viam na reforma agrária e urbana benefícios que a revolução trouxe ao povo cubano e defendiam os princípios da autodeterminação dos povos e da soberania, também temiam o desencadeamento da terceira guerra mundial, visto que Cuba poderia buscar apoio na URSS e na China. A opinião desse grupo era de que a Revolução Cubana foi positiva, tendo despertado a atenção dos Estados Unidos para os problemas no continente (MANZUR, 2009, p.140).

A corrente liberal-associacionista apoiava a intervenção dos Estados Unidos em Cuba para assegurar a paz e a segurança do continente. Esse grupo contava com alguns membros da Igreja Católica, como o D. Jaime Câmara, que defendia a luta contra o governo de Castro, acusando-o de ter traído a revolução principalmente devido aos assassinatos dos seus adversários no *paredón*.

Essa diversidade de tendências vigorando no cenário brasileiro rendeu a Jânio Quadros uma crise no seu governo, agravada depois da visita do argentino Che Guevara. Ao passar rapidamente pelo Brasil, uma das principais personagens de Cuba, recebeu das mãos do presidente a medalha de honra, a Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, oferecida para altas autoridades como Chefes de Estado, Príncipes das Casas Reinas, entre outros. A repercussão por parte dos opositores que viu a condecoração do revolucionário como uma

falta de apreço pela medalha da mais alta honraria ao entregá-la à um revolucionário, além da interpretação de apoio ao governo cubano causada com essa atitude de Jânio (BEZERRA, 2012, p.126).

Na administração de Jânio Quadros o Ministro das Relações Exteriores foi Afonso Arinos e durante sua gestão não foram exigidas medidas radicais em relação à Revolução Cubana. Usando o argumento da não-intervenção, Arinos não queria uma intervenção nem capitalista nem comunista (FONSECA, 2014, p.1002). Ainda no governo de Jânio Quadros foi realizado entre Brasil e Argentina o acordo de Uruguiana, em que ambos os países assinaram o acordo “reconhecendo a necessidade de ação continental em defesa da estabilidade política e social dos países americanos” (BEZERRA, 2012, p. 86). Em relação a Cuba asseguraram a não interferência.

A crise no governo se agravou e o presidente Jânio Quadros em uma manobra política, abdicou o cargo de presidente do Brasil em 25 de agosto de 1961. Ele acreditava que sua saída seria temporária e logo retornaria ao cargo com mais autonomia, porém sua estratégia fracassou e, no dia 07 de setembro de 1961, João Goulart assumiu o cargo.

A posse de João Goulart ocorreu depois de um tumultuado processo para impedir sua admissão. Esse tumulto foi realizado pelos militares que devido ao fato de o novo presidente ter pertencido ao governo de Getúlio Vargas o acusavam de populista e comunista. Esse foi um dos argumentos que a oposição usou para desacreditá-lo, para os opositores, o governo de Goulart abriria espaço para as esquerdas brasileiras. João Goulart assumiu a presidência sob o regime parlamentarista, uma medida de emergência acionada pelo Parlamento brasileiro que permitiu a posse na presidência, mas retirou seus poderes (BEZERRA, 2012, p. 133). Além disso, o novo presidente defendia as Reformas de Base, uma demanda associada aos grupos nacionalistas e de esquerda contribuindo para as críticas que o associavam ao esquerdismo.

João Goulart nomeou como Ministro das Relações Exteriores Francisco Clementino San Tiago Dantas. A respeito do seu pensamento diplomático, sabe-se da preocupação com a retórica e com as ideias que circulavam no âmbito público. De formação jurídica, voltado inicialmente ao Direito Privado, e, posteriormente, ao Direito Internacional Público Regional, ele também lecionou em diversas áreas do conhecimento. Atuou na política em dois momentos, na juventude, quando aderiu à Ação Integralista Brasileira (AIB) e, depois de um intervalo de 20 anos, voltou ao cenário político com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (AZEVEDO, 2014, p.22-24).

Arthur de Azevedo (2014, p.27) aponta a principal característica do pensamento diplomático de San Tiago Dantas: “a formulação de sínteses construídas por meio do debate, agrupadas logicamente em torno de ‘verdades’ que deveriam ser apresentadas e defendidas no ambiente público”. Seu pensamento garantiu evitar o radicalismo dos tempos da Guerra Fria e permitiu que se sustentasse uma posição independente em relação a Cuba.

A Política Externa Independente desenvolvida sob a administração João Goulart e San Tiago Dantas se diferenciava da praticada por Jânio Quadros e Afonso Arinos. Primeiro, as questões envolvendo a URSS e Cuba, especialmente a segunda, talvez ainda estivessem no campo intelectual e não recebia destaque no plano diplomático. Outra diferenciação da PEI na gestão de San Tiago Dantas era o cuidado ideológico, pois a administração de Goulart originou-se sob as suspeições de um governo de esquerda, o que provocou cautela no reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética.

San Tiago Dantas deixou clara a premissa com que encarava a problemática sobre Cuba: “o Governo brasileiro não tem simpatia ideológica pelo regime de Fidel Castro: ainda que a possam ter grupos políticos dentro do Governo, o Governo só tem simpatia pelo que está na Constituição e nos tratados” (FONSECA, 2014, p.1007). A afirmação do ministro vai de encontro à administração anterior, visto que Jânio Quadros, após convite de Fidel Castro, visitou a Ilha em março de 1960, causando repercussão na imprensa brasileira. Jânio Quadros levou em sua companhia seis parlamentares, dois assessores e 14 jornalistas que registraram a visita (BEZERRA, 2012, p. 60). Apesar desse fato ocorrido, sabe-se que quando presidente não demonstrou apoio ao governo Castro.

Na introdução da sua obra *Política Externa Independente* (1962, p. 5-7), o ministro brasileiro explicou alguns princípios norteadores da nova PEI: a consideração exclusiva do interesse do Brasil, que tinha como principais objetivos o desenvolvimento e a emancipação econômica, e a “conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária”. É importante salientar que a PEI não é um projeto inédito para a política externa brasileira, ela é o resultado de outras propostas da diplomacia brasileira junto ao governo brasileiro, portanto obedece a uma linha de continuidade (LIGIERO, 2000, p. 82).

Retornando ao contexto continental, quando Fidel Castro declarou a Revolução Cubana marxista-leninista, em 2 de dezembro de 1961, em discurso no qual se comemorava o quinto aniversário da chegada do Barco *Granma* (BEZERRA, 2012, p. 146) a revolução adquiriu um caráter socialista e os Estados Unidos passaram a combater de forma enfática o

governo cubano. Castro se contradisse, pois, até o ocorrido, sempre que perguntado sobre o comunismo na Ilha, deixava claro não ser comunista. As razões que levaram o cubano a tomar tal atitude são variadas, contudo, a escolha pela defesa de seu discurso anti-imperialista efetivou-se, e poder ter sido essa a maneira encontrada por Castro de se defender dos ataques do governo dos Estados Unidos e, com o apoio da União Soviética, prosseguir seu projeto revolucionário.

Com o agravamento das tensões entre Cuba e EUA, a Colômbia pediu uma reunião de consulta, que não foi bem recebida por San Tiago Dantas, que temia por uma intervenção em Cuba, revelando, dessa forma, preocupação com essas intervenções, justificadas pelo problema do comunismo, que poderia abrir margem para outras atuações dos Estados Unidos no continente. Segundo Noam Chomski (1992, p.48), para a URSS a Guerra Fria foi uma guerra contra seus satélites e para os EUA foi uma guerra contra o terceiro mundo, devido à adesão de Cuba ao marxismo-leninismo.

Para discutir o problema cubano um grupo de embaixadores se reuniu na Casa das Pedras, uma residência não-oficial situada no Rio de Janeiro, para formular uma proposta sobre o tema. O resultado dos debates foi o Plano Fino, também chamado plano de finlandização:

Parte de umas tantas premissas sobre o comportamento cubano: as conquistas da Revolução seriam mantidas, as “exterioridades democráticas” seriam restabelecidas, interromper-se-iam as compras de armas na URSS, o regime não faria propaganda ideológica, que teriam como contrapartida, o reatamento das relações entre Cuba e os EUA, que voltaria a abrir o mercado para o açúcar da Ilha, haveria algum gesto do Governo americano em relação aos asilados anticastistas, continuariam as relações econômicas com a URSS, que, com as restrições à cooperação militar, teria um *show case* socialista no hemisfério (SAN TIAGO DANTAS apud FONSECA, 2013, p.1005).

O plano utilizava-se do princípio da não-intervenção e contava com a boa vontade do governo cubano e norte-americano. San Tiago Dantas confiava no diálogo como forma de solucionar a questão e não acreditava que cortar relações ou levantar um embargo comercial traria vantagens à situação cubana, ao contrário, traria o seu isolamento e a perda da influência democrática para a Ilha. Além disso, um embargo com os países latinos não resultariam em grandes perdas devido ao baixo nível de comércio. Esse plano, também

chamado de finlandização funcionou como sinônimo de neutralidade, especialmente sobre o problema cubano.

No início de janeiro de 1962, San Tiago Dantas reuniu os chefes que comandavam as missões diplomáticas de cada país constituinte da OEA e iniciou uma discussão sobre o caminho a ser seguido na Conferência de Punta del Este. O destaque de San Tiago Dantas foi para a preservação da paz no continente e a ideia de amizade entre seus países. Sobre a situação cubana, o ministro lamentou que o desenrolar da revolução teria causado incompatibilidade entre o governo cubano e os demais países democráticos do Sistema Interamericano, admitindo que havia uma crise causada pelo socialismo; contudo, San Tiago Dantas explicitou que qualquer atitude tomada em relação à Ilha deveria ocorrer dentro das normas, acreditando também no regresso natural de Cuba aos princípios compatíveis com a OEA. O resultado da reunião planejada pelo chanceler foi a união do México ao Brasil, para que fechassem um acordo sobre a Conferência. Ambos os chanceleres assinaram uma nota, afirmando o princípio de não-intervenção, autodeterminação e democracia representativa (AZEVEDO, 2014, p. 81-86).

A posição independente pregada pelo Brasil não agradava aos Estados Unidos. O embaixador Roberto Campos, em Washington, respondeu às críticas do jornal *The New York Times*, com o objetivo de desmitificar uma posição neutralista por parte brasileira. Para o embaixador, o Brasil não aderiu ao neutralismo porque o país estava integrado ao Sistema Interamericano, optara pela democracia representativa, tinha uma economia aberta a capitais estrangeiros e considerava o marxismo-leninismo incompatível com os princípios do Sistema Interamericano, do qual fazia parte (BEZERRA, 2012, p.158).

A Conferência de Punta del Este aconteceu em janeiro de 1962, como resultado do pedido da Colômbia, e do apoio ofertado pelos Estados Unidos, para que se intervisse em Cuba. A imprensa brasileira, de um modo geral, noticiou com grande destaque a Conferência e San Tiago Dantas percebia a importância de estabelecer contato com a opinião pública brasileira. Entre os dias 22 a 31 de janeiro, os representantes do continente se reuniram na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Punta del Este, no Uruguai. O chefe da delegação norte-americana foi o Secretário de Estado Dean Rusk, que ficou até o final da Conferência, mostrando a importância das decisões que seriam tomadas na reunião. O objetivo dos Estados Unidos e da Colômbia se direcionava para a expulsão de Cuba da OEA, ao contrário do Brasil, que, ao lado de outros países, apelava para os princípios jurídicos, a favor da permanência de Cuba.

A expectativa brasileira era positiva, já que se sabia dos sete votos contabilizados, quantidade suficiente para impedir a exclusão de Cuba da OEA. Entretanto, o voto do Haiti modificou o rumo das negociações, com um voto a favor da exclusão da Ilha. O motivo: “o preço da mudança de voto do Governo de François ‘Papa Doc’ Duvalier: 13 milhões de dólares, prontamente concedidos por Washington” (BEZERRA, 2012, p.165). Junto a San Tiago Dantas, estava Mario Gibson Barboza, segundo ele, naquele mesmo dia, o ministro procurou o chanceler do Haiti para prestar-lhe apoio devido à decisão conflituosa que foi obrigado a tomar durante a Conferência.

Depois da mudança do Haiti, por 14 votos, Cuba deixou a OEA. O único voto contrário foi o da própria Ilha, também foi excluída da Junta Interamericana de Defesa, com a suspensão imediata do comércio e do tráfico de armas e material de guerra de todo gênero entre os demais países. O Brasil mais cinco países se abstiveram de votar a exclusão de Cuba, foram eles: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México. As quatro tendências de opinião pública desenvolvidas por Tânia Manzur se posicionaram a respeito da decisão de San Tiago Dantas.

A corrente liberal-nacionalista, aprovava a decisão no campo jurídico, mas, politicamente, foi considerada inviável, principalmente pela proposta de neutralização de Cuba. Para os liberal-associacionistas, a possibilidade de um país socialista no continente não era aceitável, Cuba era um satélite russo, “que apenas fazia agitação nas Américas”, os representantes da corrente acusavam o governo de estar sendo favorável a Cuba. Os universal-independentistas eram favoráveis a decisão do governo e acreditavam no Direito Internacional. Para essa corrente, uma intervenção militar provocaria uma forte reação na opinião pública latino-americana que complicaria suas políticas internas. Os radical-nacionalistas foram favoráveis à posição brasileira, mas não viam autenticidade no sistema interamericano e acusavam os Estados Unidos de serem os culpados de Fidel Castro ter tornado a revolução comunista (MANZUR, 2009, p.167).

Os Estados Unidos conseguiram realizar seu projeto de expulsão de Cuba do Sistema Interamericano, entretanto, não consideraram a vitória completa devido às abstenções de importantes países como o Brasil. O ministro brasileiro recebeu o apelido por parte da delegação norte-americana de “Santiago de Cuba” devido à sua decisão invariável na consulta. Um momento significativo durante a Conferência foi a ligação que San Tiago Dantas recebeu de Goulart, à qual não atendeu, pois sabia que provavelmente era um pedido para mudar a posição brasileira e votar a favor da expulsão de Cuba (BEZERRA, 2012, p.168).

A Política Externa Independente sofreu críticas. Entre os estudos realizados sobre ela dois pontos merecem ser apontados. Primeiro, a PEI foi uma política exterior de poucas realizações concretas. O problema não estava nos princípios apresentados para a política externa, mas na instabilidade, tanto do governo Jânio como do governo Goulart. Os dois governos não se relacionaram bem com os Estados Unidos e o comércio com a Europa não mudou consideravelmente. Segundo, a suposta (ou real) autonomia que ofereceu o termo independência, isto é, “a autonomia real, consistente, efetiva das nações, não depende tanto do discurso diplomático e sim dos recursos de poder à disposição do Estado” (VIDIGAL; DORATIOTO, 2014, p. 83). É importante salientar que, na primeira fase, Jânio esteve à frente da PEI, junto com Afonso Arinos, o que se inverteu no governo Goulart, pois foi San Tiago Dantas o responsável por levar adiante a política externa.

Apesar das ressalvas feitas à PEI, essa trouxe novas possibilidades de diálogos externos, principalmente voltados para os países latinos. A Conferência de Punta del Este representou a vontade brasileira de manter o projeto de independência na política externa em andamento. Essa posição refletiu no apoio a San Tiago Dantas, através das manifestações individuais, de câmaras municipais, sindicatos de trabalhadores, entidades estudantis, mas essas ações “não autorizam afirmar que a posição brasileira obteve o consenso da opinião nacional, embora boa parte da imprensa também a tenha apoiado” (CERVO; BUENO, 1992 apud MANZUR, 1994, p. 136). Intercalado com o apoio que San Tiago Dantas recebeu, posicionaram-se atitudes contrárias à posição brasileira na Conferência de Punta del Este.

CAPÍTULO 3 - AS JUSTIFICATIVAS DE SAN TIAGO DANTAS E O DEBATE COM A OPINIÃO PÚBLICA

Desde a sua implantação no Brasil, a imprensa foi influenciada por grupos políticos. A partir da década de 1950 do século XX, o Brasil passou por uma transformação na imprensa devido a um novo modo de noticiar e manter o interesse dos leitores nos periódicos. Buscou-se transmitir a notícia de modo mais clara ao leitor, com uma preocupação com a imparcialidade. A imprensa carioca foi uma das pioneiras a adotar as novas mudanças.

Feitas essas considerações, essa pesquisa buscou tecer diálogo entre as justificativas do ministro a respeito das decisões em relação à Conferência de Punta del Este, na qual se decidiu a expulsão de Cuba da OEA, com três importantes jornais da imprensa do Rio de Janeiro: *Diário Carioca*, *Diário de Notícias* e a *Tribuna da Imprensa*. Essa discussão é possível devido ao fato de esse assunto ter recebido amplo destaque por parte da imprensa da época, tendo sido as exposições feitas por San Tiago Dantas comentadas com afincos nesses meios de comunicação.

O *Diário Carioca*, jornal diário matutino que circulava no Rio de Janeiro, foi criado em 1928, por José Eduardo de Macedo Soares, com o objetivo de ser oposição ao governo Washington Luís. O jornal apoiou a Revolução de 1930, mas logo se tornou um dos principais reivindicadores das promessas do governo provisório. Criticou a atuação de João Goulart, quando era ministro do trabalho na administração de Getúlio Vargas e, devido a crises financeiras acabou sendo vendido à Danton Jobim nos anos 1960. Os estudos mostram que o jornal apoiou o governo Goulart, tendo sido esse, inclusive, um apoiador financeiro do jornal, que entrou em crise e fechou em 1965.

O *Diário de Notícias*, jornal matutino e diário que circulava no Rio de Janeiro, foi fundado em 12 de junho de 1930, por Orlando Ribeiro Dantas. Defendia uma política liberal no governo e manifestou-se no campo econômico e social. O jornal fez oposição ao Estado Novo. Apoiou o governo Jânio Quadros, foi a favor da Política Externa Independente e favorável às Reformas de Base de João Goulart mostrando afinidade com o governo do presidente. O jornal fechou no ano de 1972.

A *Tribuna da Imprensa*, criada em 1949, pelo político Carlos Lacerda, após sair do *Correio da Manhã*, onde assinava a coluna que originou o nome do jornal, foi uma constante crítica ao governo brasileiro, especialmente para com Getúlio Vargas. O jornal foi crítico

assíduo da administração de Jânio Quadros, como no ocorrido da condecoração de Che Guevara. Dificuldades financeiras levaram Lacerda a vender o jornal em 1962, permanecendo um dos seus membros. O jornal parou de circular em 2008.

Esses três veículos da imprensa noticiaram o ocorrido em Punta del Este. O que se propõe, a partir de agora, é um breve relato sobre o debate que ocorreu entre as opiniões emitidas por esses jornais com os depoimentos que prestou San Tiago Dantas, encontrados no seu livro *Política Externa Independente* (1962). A primeira justificativa, em relação ao caso de Cuba, se refere à sua exposição aos Chefes de Missão dos Estados Americanos, realizada em 12 de Janeiro do mesmo ano, no Itamaraty, já apontado neste trabalho. Sobre sua fala cabe destacar:

Temos observado, com prazer, que as chancelarias americanas coincidem, de um modo geral, na condenação do recurso às sanções militares contra o governo revolucionário. Em primeiro lugar, a ação militar por ser coletiva não deixaria de caracterizar uma intervenção (art. 15 da Carta de Bogotá). Em segundo lugar, ela iria provocar, na opinião pública latino-americana, uma justificada reação, que favoreceria a radicalização da política interna dos países do Hemisfério e debilitaria, ao mesmo tempo, os laços de confiança mútua essenciais à própria existência do sistema interamericano. No plano mundial, seria de recear que retaliações em outras áreas viessem deteriorar, ainda que temporariamente, as condições conjunturais da paz (DANTAS, 1962, p.106).

A fala de San Tiago Dantas revela o desejo de que os chanceleres não concordassem com uma intervenção em Cuba. No dia 14 de Janeiro de 1962, o jornal *Diário Carioca*, com a matéria intitulada “Uma vela a Deus, outra a Fidel”, expôs seu ponto de vista com críticas sobre o depoimento de San Tiago Dantas, no seu entendimento:

O raciocínio do Sr. San Tiago Dantas – apesar do brilho superficial de que foi revestido – é muito simples. Segundo o ministro é preciso respeitar a soberania de Cuba (foi por acaso ferida a da República Dominicana, quando a OEA lhe impôs sanções em 1960?), não ferindo os princípios da autodeterminação dos povos e da não-intervenção. Mas como Cuba é comunista – e graças ao Brasil talvez o seja ainda por muito tempo –, o que pode representar um perigo para o continente, então é preciso entrar num “modus vivendi” com Fidel, para que ele prossiga no “marxismo-leninismo”, mas não se meta no resto das Américas, nem se faça a ponta de lança da política de Moscou nesta parte do Mundo [...] Santa ingenuidade! Fidel Castro, que segundo suas próprias palavras enganou os burgueses para chegar ao poder, transportará hipocrisia para o plano internacional e fará quantas promessas lhe peçam, desde que logre manter-se à testa de seu

ignóbil governo. Não enganará a todos, mas à nossa chancelaria sim, ao menos enquanto fôr ministro o Sr. San Tiago Dantas, que não deseja outra coisa senão ser enganado (*Diário Carioca*, 1962).

A matéria nos permite uma percepção sobre San Tiago Dantas como um apoiador do comunismo, imagem essa que não era favorável ao ministro nem ao governo de João Goulart. Para o jornal, Cuba representava um pedaço de Moscou na América Latina, visão comum vinda de muitos países do continente, principalmente dos Estados Unidos. Destaca-se, também, que Fidel Castro se tornou um problema para o continente e é mostrado como um traidor da revolução.

Além do jornal, essa visão pode ter sido reforçada pela carta publicada no jornal *O Globo*, assinada por um grupo de ex-chanceleres, José Carlos de Macedo Soares, João Neves da Fontoura, Vicente Ráo e Horácio Láfer. Para esses, Fidel executou uma recuperação democrática em Cuba, mas acabou se distanciando deste compromisso, abandonando os princípios democráticos (DANTAS, 1962, p.112-114). Essas opiniões acabam por atingir a gestão de Dantas e também do governo, pois mostra que a posição do ministro não era correta com a posição convencionalmente adotada pela chancelaria brasileira, que era de votar de acordo com a posição dos Estados Unidos, fato que Dantas vai contrariar assegurando-se na PEI.

Para o grupo de chanceleres, não era correto uma posição resignada de cruzar os braços. Era necessário isolar Cuba do convívio político no continente, isto é, até enquanto essa estivesse liderada por Fidel Castro. Os chanceleres requeriam o rompimento coletivo das relações diplomáticas e sua eliminação da OEA. Esses eram os principais pedidos dos chanceleres que ainda retificavam não ser lícito invocar o preceito da autodeterminação para justificar, sob a capa da neutralidade, o descumprimento de compromissos soberanamente assumidos por todos e pelo Brasil (DANTAS, 1962, p.114).

A resposta de San Tiago Dantas foi muitas vezes repetida: “Que alcance prático teria, para reconduzir à democracia um Estado socialista, ou, como êle próprio se confessa, marxista-leninista, a retirada de missões diplomáticas americanas?” (DANTAS, 1962, p.115). O isolamento teria o efeito oposto, segundo o ministro, pois Cuba buscaria apoio no governo soviético, em virtude do repúdio sofrido por parte das nações americanas.

Além de reiterar a importância dos chanceleres que escreveram a carta, San Tiago Dantas se posicionou a favor da condenação do comunismo internacional. No discurso da

comissão geral, no dia 24 de janeiro de 1962, San Tiago Dantas reiterou novamente os princípios jurídicos, argumentando através da não-intervenção em Cuba. O objetivo do Brasil, segundo o chanceler, era promover o retorno de Cuba “à órbita dos povos livres” e, nesse sentido, admite que o afastamento de Cuba dos princípios do continente lhe proporcionaria aplicações de sanções negativas. A Conferência deveria criar um órgão especial com a participação de diversas correntes de opinião representadas durante seus trabalhos “e com latitude suficiente para tomar a si o estudo das obrigações e a elaboração do estatuto das relações entre Cuba e o Hemisfério e sobre o qual, ouvidas as partes, se pronunciaria o Conselho da O.E.A.” (DANTAS, 1962, p.124), esse argumento foi usado principalmente ao final da Conferência de Punta del Este.

Na matéria de capa do dia 24 de janeiro de 1962, o *Diário Carioca* alegou que San Tiago Dantas foi para a Conferência sem nenhum plano em mente, apenas confiando nos seus princípios já anunciados na abertura que fez. Também sobre a Aliança para o Progresso, os Estados Unidos vincularam diretamente a continuidade do projeto com o problema do comunismo em Cuba. Na matéria do dia 25 de janeiro de 1962, a *Tribuna da Imprensa* mostrou a opinião do jornal *Herald Tribune*, que condenava o uso da Aliança para o Progresso para conseguir votos: “isso é confessar que não aprendemos quase nada nos últimos vinte anos”, diz o jornal internacional. Opinião contrária é emitida pelo jornal *New York Journal America*, a qual diz: “esta atitude é legítima. O propósito da Aliança é fortalecer as estruturas sociais e econômicas das nações vizinhas – com sua cooperação – contra a ameaça que simboliza o regime de Fidel Castro”, como se percebe as tendências de opinião eram plurais.

No dia 25 de janeiro de 1962, o *Diário Carioca* apresenta duas assertivas a respeito do andamento da Conferência: o governo de Cuba estava condenado e o Brasil só confirmava o seu isolacionismo, ficando a cargo da Argentina manter um diálogo entre os países hispano-americanos e os Estados Unidos. O jornal apresenta a fórmula a ser adotada “sancionar-se-á o governo comunista de Cuba, mas não o povo de Cuba – distinção que a reunião de consulta está decidida a fazer, mas que o sr. San Tiago Dantas evitou estabelecer em sua intervenção de ontem”. O jornal apoiou o discurso político do representante da Colômbia que condenava a presença do socialismo no continente de maneira enfática diferente do discurso do “professor Dantas”.

No dia 26 de janeiro de 1962, o *Diário Carioca* traz duas críticas principais a respeito do discurso de San Tiago Dantas. A posição brasileira não estava agradando os senadores que

representavam os Estados Unidos na Conferência, pelo contrário, “estão irritados, desgostosos e surpreendidos pelo obstaculizador discurso do chanceler do Brasil”. Segundo o enviado especial, a posição do Brasil era de isolamento, não poupando críticas ao desempenho de San Tiago Dantas, acusado de imobilizar a delegação brasileira com um discurso acadêmico.

Em matéria do dia 27-28 de janeiro de 1962, a *Tribuna da Imprensa* dedicou uma página para os acontecimentos em Punta del Este. Durante seu discurso, Dorticós acusou os Estados Unidos e a República Dominicana de invadir a Ilha meses atrás e disse que contaria com ajuda do bloco oriental caso uma guerra fosse declarada. Perguntada a opinião de San Tiago Dantas, ele afirmou que o discurso foi “muito brilhante” e que ouviu com atenção e respeito o discurso do cubano que defendeu seu país das acusações feitas por certos ministros.

O anúncio da exclusão de Cuba veio na reportagem do dia 30 de janeiro de 1962, na *Tribuna da Imprensa*, através da manchete “Cuba será suspensa da OEA: Haiti e Uruguai a favor”, revelando ao público a mudança de posição do Haiti, antes integrado ao grupo dos sete, já o Uruguai chegou a simpatizar com o grupo, embora demonstrasse mais a sua indecisão. Ainda segundo a reportagem, o texto aprovado foi o da Colômbia, com algumas modificações feitas pelo Uruguai. San Tiago Dantas declarou contribuição para a maioria das resoluções, salvo a que determina a exclusão de Cuba da OEA.

O *Diário de Notícias*, no dia primeiro de fevereiro trouxe as resoluções tomadas em Punta del Este: diz que o marxismo-leninismo é incompatível com o sistema interamericano e, que, o alinhamento com este tipo de governo rompe a unidade e a solidariedade do hemisfério. O *Diário de Notícias*, no dia 3 de fevereiro de 1962, através do seu enviado especial criticou a atuação brasileira durante a Conferência trazendo a opinião do jornalista Walter Lippmann que “teve a coragem de publicar um artigo violento, durante Punta del Este, criticando a atuação da delegação americana. Ninguém em Nova York achou que o artigo pusesse em perigo a ‘dignidade nacional’”. Nas seções de opinião era possível perceber as tendências de opinião pública.

No dia 5 de fevereiro de 1962 o *Diário de Notícias* apresentou na seção Momento Internacional uma opinião conciliadora sobre a posição brasileira. Percebe-se a defesa da posição brasileira de ser contrária a sanções, intervenções ou ações diretas contra Cuba e a importância da Aliança para o Progresso para impedir a ação do comunismo e fidelismo como se refere o jornal. Ainda destaca as boas relações entre os Estados Unidos e Brasil durante a Conferência, “a amizade entre o Brasil e Estados Unidos é a base do equilíbrio continental” é uma frase de Walter Lippmann usada pelo periódico. Em síntese, podemos apresentar a

opinião dos três jornais acerca da participação brasileira em Punta del Este, considerando, principalmente, as opiniões do editor e de enviados especiais pelo jornal.

O *Diário Carioca* criticou fortemente a participação do ministro brasileiro. O jornal culpou San Tiago Dantas por ter isolado o Brasil nas negociações, indo contra o interesse dos Estados Unidos. O objetivo de San Tiago Dantas era fazer oposição e mostrar seu nacionalismo. O *Diário de Notícias* fez críticas aos discursos do ministro na Conferência. Com inclinação para a esquerda, a seu ver, San Tiago Dantas não tinha autoridade para votar o neutralismo brasileiro. Ao contrário do México, que apresentou uma postura ativa, San Tiago Dantas aproveitou dos argumentos jurídicos para continuar na inércia durante a Conferência. O Brasil permaneceu isolado durante a reunião. A *Tribuna da Imprensa* foi a oposição e acusou San Tiago Dantas de ter humilhado o Brasil na Conferência. São críticos do chanceler devido seu passado político como membro da AIB. Para os editores, o ministro brasileiro se posicionou do lado soviético em relação à Guerra Fria, acusando-o de usar o vocabulário comunista de Carlos Prestes.

San Tiago Dantas ofereceu suas justificativas ao público brasileiro por meio do rádio e da televisão, no dia 5 de fevereiro de 1962, após retornar de Punta del Este. Ele iniciou afirmando que a opinião pública fez da Conferência um dos assuntos mais importantes da política brasileira, mostrando o interesse do público pela política externa. A respeito da exclusão de Cuba da Junta Interamericana de Defesa, San Tiago Dantas diz que esse era um “organismo de caráter militar, que havia sido criado por uma reunião de consulta, e que outra reunião de consulta tinha poderes para modificar”, motivo pelo qual ofereceu seu voto a favor da saída de Cuba. A Conferência foi fundamental também para reafirmar o compromisso com a Aliança para o Progresso e a importância de eleições livres, exemplo de democracia e autodeterminação (LESSA; HOLLANDA, 2009, p.218-220).

Ela teve igualmente importância pelo que não aprovou, pelo que recusou, pelo que evitou. E quem não soube comparar o que esta Conferência poderia ter sido com aquela que ela afinal foi, não chegará a formar um juízo exato de sua significação. É que antes de se reunir a Conferência, e mesmo depois de instalada, quando já se apresentavam os projetos de resolução, a Conferência de Punta del Este parecia chamada a aplicar, contra o Governo cubano, em virtude de seu alinhamento como Governo marxista-leninista, as sanções previstas no Tratado do Rio de Janeiro, tratado interamericano de assistência recíproca, que tem por finalidade a ação defensiva conjunta dos Estados deste Hemisfério, quando contra um deles se desfecha um ataque armado, uma agressão ou um fato concreto, que possa ser considerado equivalente. Sem que se pudesse apontar o fato concreto, sem que se pudesse indicar a agressão ou a ameaça de agressão através de um fato determinado, pretendeu-se levar a reunião de consulta a utilizar um instrumento poderoso,

de segurança coletiva, que é o Tratado do Rio de Janeiro, fazendo com que ele servisse para a adoção de medidas coercitivas, cuja finalidade última, quer se queira quer não, seria a erradicação de determinado regime político do Hemisfério (LESSA; HOLLANDA, 2009, p.221).

A legalidade era um instrumento de importante valor para o ministro, funcionando como uma forma de proteção para os países fracos da América Latina. San Tiago Dantas defende que a posição brasileira foi sempre contra o isolacionismo e essa posição enfrentou opiniões que incentivavam as medidas reacionárias, o que ele não fez. Ele orgulha-se de durante a convenção não terem sido votadas sanções militares, econômicas ou o rompimento das relações diplomáticas com Cuba. Admite, porém, que houve incompatibilidade à qual explica:

Esta Carta dos Estados Americanos não contém nenhum artigo que preveja a expulsão ou a suspensão de um Estado membro, por maiores que sejam as divergências entre ele e o sistema, não poderá ser afastado em caso algum? Não. A Carta não dispõe sobre o processo de eliminação. E o que o Direito Internacional nos ensina é que quando um organismo internacional não prevê, com uma norma própria, o modo de eliminação de um organismo internacional, a maneira de alcançar esse resultado é a reforma da Carta. [...] O caminho portanto estava indicado, era o art. 111 da Carta, que prevê a sua reforma. E por que não se quis seguir esse caminho? Por que aqueles que desejaram aplicar ao Governo cubano o remédio da exclusão, não quiseram seguir o caminho da reforma da Carta? Porque a reforma da Carta envolve um processo determinado de elaboração. Esta elaboração termina nos congressos dos Estados que devem dar a sua ratificação ao ato da reforma. O que a delegação brasileira impugnou no tocante à exclusão do Governo cubano da Organização foi que se violasse a Carta de Bogotá. E sua posição não foi isolada porque ao lado dela se alinharam Estados que representam a grande maioria da população, a grande maioria da renda, a grande força da cultura da América Latina. [...] entenderam que era do seu dever permanecerem intransigentes na defesa de uma arma que é a grande arma das nações militarmente fracas. Essa arma é a inteligibilidade da norma jurídica (LESSA; HOLLANDA, 2009, p. 223-224).

O ministro aproveitou para homenagear a chancelaria da Argentina, que enfrentou forte pressão devido à abstenção na Conferência. Como o jornal *Diário Carioca* destacou, o jornalista Walter Lippmann, em artigo do dia 24 de janeiro sobre a Conferência escreveu “o primeiro passo a dar será a formação de uma base jurídica para a contenção de Castro, assim como afirma o Brasil”. Para San Tiago Dantas a participação brasileira foi positiva, pois a posição defendida mostrou coerência com que antes mesmo de começar a consulta haviam

planejado e também aumentou o respeito para com os Estados Unidos e mostrou-se a unidade para com outros Estados do continente (LESSA; HOLLANDA, 2009, p. 227).

Após esse discurso, no dia 7 de fevereiro, San Tiago Dantas foi à Câmara prestar suas justificativas. A exposição que fez San Tiago Dantas foi semelhante à já proferida em rede nacional, mas o ambiente político o fez muitas vezes interromper seu discurso. Como, por exemplo, o diálogo acalorado com os deputados opositores (DANTAS, 1962, p. 144-145):

O Sr. Abel Rafael - [...] Peço licença para estranhar que, sendo V. Exa. um Ministro, tenha desrespeitado o parlamentarismo, preferindo ir primeiro ao povo através de uma cadeia de televisão, antes de comparecer a esta casa (*Muito bem*), que foi quem lhe delegou poderes para trazer êsse relatório.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas— [...] Em primeiro lugar, ainda em Punta del Este, pedi ao nosso eminente Presidente Deputado Ranieri Mazzilli, hora para fazer esta exposição perante a Câmara. Em segundo lugar, se achei que não devia demorar por mais tempo uma explicação ao público, foi porque, V. Ex^a sabe tão bem quanto eu e todos que poderosas forças estão mobilizadas em nosso País (*Muito bem, palmas*), especialmente no Rio de Janeiro, para promover a confusão no espírito público...

O Sr. Abel Rafael, ao criticar a atitude de San Tiago Dantas, foi ainda mais profundo nos seus comentários relacionados com a opinião pública: “vejo camadas populares atônitas diante da política exterior e os órgãos de imprensa, as associações particulares, as associações religiosas protestarem contra êsse tipo de política que estamos seguindo”. Após interrupção, o deputado destacou o discurso proferido por San Tiago Dantas no começo da exposição que, segundo ele, “já assumo foros de linguagem diplomática certo vocabulário comunista, em que o termo “reacionário” é dado como sendo do inimigo, e o “progressista”, que o comunista admite apenas para aquêles que adere às suas teses”. Desta forma, percebe-se o diálogo que se trava entre a política e a opinião pública em meio ao governo Goulart (DANTAS, 1962, p.146-147).

Após agitada sessão, San Tiago Dantas encerrou seu discurso reconhecendo a variedade de matizes da opinião pública e de representação popular, sendo o Congresso uma organização democrática que representa as tendências de opinião do Brasil dos anos 1960. O ministro brasileiro, ao final da sua fala corrobora ainda a importância que foi a Conferência de Punta del Este, que reforçou o elevado nível de respeito existente entre as nações do continente e a união contra o comunismo. San Tiago Dantas viu na Conferência de Punta del Este um traço de união a favor da democracia e, em relação ao seu voto sobre a problemática

de Cuba, o ministro o encara como uma maneira de mostrar os novos rumos que deveriam trilhar a política externa, obtendo-se, portanto, uma mistura de independentismo e nacionalismo (DANTAS, 1962, p. 169-170).

A partir da exposição das tendências de opinião pública e as explicações de San Tiago Dantas percebe-se o momento democrático que vivia o Brasil e como a opinião pública tornou-se, aqui analisada sobre um olhar particular que foi a imprensa, um fator importante para a condução da política externa, especialmente sobre o caso cubano. Isso só foi possível porque nas matérias dos jornais aqui apresentados percebe-se a importância que recebeu a Conferência de Punta del Este. Em síntese, a liberdade de imprensa ofereceu espaço para as tendências de opinião pública e o governo, em especial San Tiago Dantas, estava atento e considerava o que circulava nos jornais do Rio de Janeiro. A escolha dos jornais não foi aleatória, pois a imprensa carioca inaugurou uma nova fase da imprensa que teve como um dos principais elementos a imparcialidade, embora seja possível ver algumas tendências de opinião pública através das reportagens e dos editoriais.

As correntes de opinião durante a gestão de Jânio Quadros estavam divididas frente à questão cubana. A tendência liberal-associacionista apoiava a intervenção em Cuba por parte dos Estados Unidos. A corrente universal-independentista posicionou-se contrária a qualquer intervenção em Cuba. Já a corrente radical-nacionalista acreditava que o Brasil deveria se posicionar contrário à intervenção em Cuba, pois temiam que o mesmo acontecesse com o Brasil. Os radical-nacionalistas eram contrários a qualquer intervenção dos Estados Unidos em qualquer país do continente (MANZUR, 2009, p. 140-144). Essas tendências estavam presentes no país e ora se destacavam tendências favoráveis ao governo ora as tendências contrárias se apresentavam com mais força.

Percebe-se que San Tiago Dantas viu como positivo tanto a participação do Brasil na Conferência de Punta del Este quanto a repercussão na opinião pública brasileira sobre a sua posição. Esse cenário revelava que esse foi um momento no qual a política externa recebeu especial atenção por parte da população que via com olhar interessado a participação do Brasil.

CONCLUSÃO

O conceito de opinião pública predominante neste trabalho estabeleceu um diálogo fundamentalmente com a História, embora, tenha feito uso de obras e artigos do jornalismo e dialogado principalmente com as obras de Tânia Manzur. O objetivo foi refletir acerca da abrangência que a Nova História Política ofereceu sobre a temática. Sabe-se que esse conceito vem se desenvolvendo desde a antiguidade e, hoje, conta com diversas análises, que, por sua vez, abrem espaço para algumas afirmações: opinião pública não é a soma da opinião do público, em geral, é resultado de processos mais sofisticados, ela sofre influência dos meios de comunicação; existem tendências de opinião pública e o que ocorre é que uma ou mais acabam sobressaindo-se às outras (OLICSHEVIS, 2006).

Para a formação da opinião pública diversos são os fatores considerados, desde o acesso a ela, até os estereótipos formados pelo espectador. Ela é resultado das opiniões feitas públicas e não as que surgem do público, segundo Walter Lippmann. Para Tânia Manzur, é necessário o coletivo para se definir a opinião pública, que é resultante da expressão de grupos definidos politicamente. Para os estudos da História, a opinião pública deve ser entendida no plural, como tendências da opinião pública que são absorvidas pelo público de maneiras diferentes. A imprensa, quando se tornou uma fonte valiosa de pesquisa, despertou para a preocupação quanto à sua quantidade, isto é, apesar da quantidade de veículos de notícia, eles não são capazes de abordar todas as tendências de opinião pública. Quando se refere a políticas de Estado, sabe-se da sua importância frente ao governo, que perde uma base de apoio quando a opinião pública não está ao seu favor em áreas como a política externa.

Quando Jânio Quadros e Afonso Arinos administraram a política exterior, em um momento de Guerra Fria, fortes eram as tendências de opinião pública que conseguiram coexistir. Desde o início da década de 1960, a América Latina estava agitada devido à Revolução Cubana. Os Estados Unidos rapidamente se opuseram à revolução, acusando o governo de comunista, o que motivou intervenções na Ilha, como o ataque à Baía dos Porcos, uma tentativa de derrubar o Governo Castro. No final de 1961, Fidel declarou a revolução marxista-leninista, confirmando as suspeitas dos Estados.

O conflito entre Cuba e Estados Unidos tornou-se um impasse da Guerra Fria, tornando fundamental aos países da América Latina escolher qual país apoiar em meio ao confronto. A Política Externa Independente foi gestada durante a campanha de Jânio Quadros

e tinha uma proposta que defendia uma posição independente das superpotências, principalmente dos Estados Unidos, com a defesa da ampliação das relações diplomáticas com países socialistas, resultando na aproximação entre Brasil e URSS. Ainda no início do conflito cubano, a posição de Afonso Arinos foi sempre de amenizar o assunto, recorrendo ao princípio de não-intervenção e autodeterminação da PEI. O governo sofreu críticas, principalmente da tendência liberal-associacionista defensora de relações prioritárias com os Estados Unidos, que intensificou seu ataque a Jânio Quadros depois da condecoração de Che-Guevara, concorrendo para aumentar a crise no seu governo, que foi finalizado em agosto de 1961, quando ele abdicou da sua administração.

Quando João Goulart assumiu a presidência, trouxe para o cargo de Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, possuidor de uma carreira política e, naquelas circunstâncias, membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O chanceler aprimorou a PEI e teve, durante seu período à frente do Itamaraty, o problema cubano como seu principal desafio. Devido ao pedido da Colômbia para uma reunião na OEA, para discutir a situação de Cuba no continente, San Tiago Dantas e sua delegação tiveram de preparar a posição do Brasil com antecedência.

Para o ministro brasileiro, não deveriam ser aplicadas sanções contra Cuba, assim como não expulsar a Ilha do Sistema Interamericano. San Tiago Dantas assegurou-se na PEI para posicionar-se, usando o princípio da não-intervenção, e no Tratado de Assistência Recíproca. San Tiago Dantas defendeu sua posição frente aos chanceleres do continente, usando a legalidade como principal fator, advertindo que a exclusão de Cuba apenas causaria uma maior aproximação com a União Soviética. Em janeiro de 1962, a imprensa do Rio de Janeiro noticiou fervorosamente os acontecimentos em Punta del Este.

A posição brasileira não mudou durante a Conferência, ao contrário, o trabalho da comissão do Brasil foi manter o diálogo com os outros países do continente, a fim de conseguir contrapor a maioria dos votos que era pela exclusão de Cuba da OEA. Os esforços do grupo dos seis, liderados pelo Brasil, conseguiram a não aplicação de sanções para com Cuba, mas não evitou a expulsão da Ilha, resultado do voto de 14 países. As razões que levaram Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México a se absterem ao voto de exclusão da Ilha foram o fato da carta da OEA não apresentar a possibilidade de exclusão de um membro seu e a inadequação dessa resolução na Conferência de Punta del Este também, defendeu-se a manutenção de Cuba no Sistema Interamericano como melhor opção para influenciar o processo interno da Ilha (VIDIGAL, 2007, p. 31).

Ao retornar ao Brasil, San Tiago Dantas falou ao público brasileiro e prestou suas explicações na Câmara dos Deputados. A opinião pública, aqui apresentada por três importantes jornais da imprensa carioca, mostra a problemática desencadeada pelo voto do Brasil. Enquanto o *Diário Carioca* e a *Tribuna da Imprensa* criticaram desde o voto do ministro, e, mesmo as posições de isolamento do Brasil na Conferência, ambos através de seus enviados especiais, apresentaram uma tendência semelhante com a corrente dos liberais-associacionistas. O *Diário de Notícias*, na maioria das matérias, mostrou-se compreensivo e mesmo solidário à decisão tomada por San Tiago Dantas, mostrando uma tendência universalista-ocidental.

Os jornais foram usados como uma fonte para a compreensão da opinião pública, complementada, aqui, pelos discursos publicados na obra de San Tiago Dantas. O ministro foi questionado principalmente pelos deputados que discordaram da sua posição adotada. O Deputado Abel Rafael acusou-o de comunista e de desrespeito a casa, por não ter imediatamente prestado as suas justificativas a Câmara dos Deputados. A atitude de San Tiago Dantas em ir primeiro prestar esclarecimentos ao público mostrou não só o forte apelo da opinião pública desfavorável da atitude que tomou, mas a crise que já se instalara no governo Goulart. Quando San Tiago Dantas conclui seu discurso, não poderiam ser mais esclarecedoras suas palavras:

[...] Queira V. Ex^a, Senhor Presidente, exprimir também à Câmara o meu aprêço por cada um dos nobres colegas que aqui me apartearam, manifestando opinião contrária àquelas que desenvolvi. Compreendo as razões que os inspiram. Entendo que elas tôdas [sic] estão na lógica mesmo da formação de correntes de opinião pública e da variedade de matizes da representação popular e que não seríamos um Congresso democrático, não seríamos sobretudo um Congresso representativo, se aqui não tivéssemos, sentados nestas bancadas, homens que representam todos os coloridos da opinião publica do nosso País. Todos o têm sabido fazer com altivez e com dignidade e todos merecem o respeito do Conselho de Ministros que tenho a honra de integrar (DANTAS, 1962, p.170).

Apesar das muitas críticas que cercam o governo Goulart, foi durante sua administração que a liberdade de imprensa esteve em alta e que a opinião pública recebeu destacada atenção, principalmente nos assuntos da política externa. San Tiago Dantas se absteve da votação em relação à expulsão cubana devido a PEI, e, também, certamente, pensando no governo de João Goulart. Um voto contra aumentaria a opinião pública contrária ao governo confirmando também uma tendência esquerdista. Dessa maneira, faz-se notório que San Tiago Dantas inovou com a postura firme e contrária aos Estados Unidos na política

externa brasileira. As tendências aqui apresentadas mostram as transformações e crises que ocorreram na administração de João Goulart, mas, principalmente, apresentam a expressividade do período democrático representado pela liberdade de imprensa em que se encontrava o país durante o seu governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias:

Diário Carioca. Edições diversas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_05&pasta=ano%20196&pesq=>>. Acesso em 25/11/2016.

Diário de Notícias. Edições diversas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=>>. Acesso em 25/11/2016.

Tribuna da Imprensa. Edições diversas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_02&pasta=ano%20196&pesq=>>. Acesso em 25/11/2016.

Teses, artigos e livros on-line:

AZEVEDO, Arthur Schreiberde. **Conflito, argumento e negociação:** San Tiago Dantas e a Conferência de Punta del Este, 1962. 2014. 144 p. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de filosofia e ciências humanas, pontifícia universidade católica do rio grande do sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2504>>. Acesso em 15/11/2016.

BEZERRA, Gustavo. **Da revolução ao reatamento:** A política externa brasileira e a questão cubana (1959-1986). Brasília: FUNAG, 2012. 376 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/935-Da_Revolucao_ao_Reatamento.pdf>. Acesso em: 15/11/2016.

BORDIEU, Pierre. **A opinião pública não existe.** Disponível em: [https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%Bablica_N%C3%A3o_Existe_\(Pierre_Bourdieu\).pdf](https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%Bablica_N%C3%A3o_Existe_(Pierre_Bourdieu).pdf). Acesso em 15/11/2016.

BORGES, Susana. **Opinião Pública:** história, crítica e desafios na era transnacional. Disponível em: <<http://www.exedrajournal.com/wp-content/uploads/2015/04/n9-B5.pdf>>. Acesso em 15/11/2016.

CAMPOS, Luiz Augusto. **Imprensa e Esfera Pública**: retomando o debate Lippmann-Dewey sobre o papel público da imprensa. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/biblioteca/compos\(autor\)_2788.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos(autor)_2788.pdf)>. Acesso em 15/11/2016.

Diário Carioca. CPDOC. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_05&pasta=ano%20196&pesq=>>. Acesso em 29/11/2016.

Diário de Notícias. CPDOC. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=>>. Acesso em 29 nov. 2016. Acesso em 29/11/2016.

FONSECA, Gelson. **San Tiago Dantas**: o conflito Leste-Oeste e os limites do argumento racional. In: **Pensamento Diplomático Brasileiro**: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964). Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=507>. Acesso em: 15/11/2016.

LONGHI, Carla Reis. **Origens do conceito de opinião pública**: um diálogo com Hannah Arendt e Jurgen Habermas. Comunicação e sociedade. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/3878>>. Acesso em 15/11/2016.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. Disponível em: <http://www.janduarte.com.br/textos/america1/historia_eua.pdf>. Acesso em: 06/12/2016.

MATEUS, Samuel. **A Estrela (De) Cadente**: uma breve história da opinião pública. Estudos em Comunicação. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/04/pdf/05-Samuel_Mateus-A_estrela_de_cadente.pdf>. Acesso em 15/11/2016.

OLICSHEVIS, Giovana. **Mídia e opinião pública**. Disponível em: <revistas.ufpr.br/vernaculo/article/download/20423/13603>. Acesso em 15/11/2016.

RUBENS, Figueiredo. CERVELLINI, Sílvia. **Contribuições para o conceito de opinião pública**. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50629/mod_resource/content/1/figueredo_cervellini.pdf>. Acesso em 15/11/2016.

Tribuna da Imprensa. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>>. Acesso em 29/11/ 2016.

Livros e teses

BARBOSA, Antonio José. **O Brasil e a questão cubana**: Punta del Este, 1962. 1989. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, 1989.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BOERSNER, Demetrio. **Relaciones Internacionales de América Latina**: breve historia. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1996, 5ª ed.

BUENO, Clodoaldo; CERVO; Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Edunb, 2011, 4ª ed.

CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira. **La Guerra Fría**. In: PEREIRA, Juan Carlos (org.). **História de las relaciones internacionales contemporáneas**. Barcelona: Ariel, 2003. P.423-442.

CHOMSKI, Noam. **El miedo a la democracia**. Barcelona: Grijalbo mondadori, 1992.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

FERREIRA, Jorge. **O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964**. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO; Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da expectativa democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil – militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-404.

GOTT, Richard. **Cuba**: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LESSA, Renato. Hollanda, Cristina Buarque de. **San Tiago Dantas**: coletânea de textos sobre Política Externa. Brasília, Funag, 2009.

LIGIÉRO, Luiz Fernando. **Políticas semelhantes em momentos diferentes**: exame e comparação entre a Política Externa Independente (1961-1964) e o Pragmatismo Responsável

(1974-1979). 2000. 430 p. Tese (Doutorado em História das Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. **Opinião pública e política exterior do Brasil (1961-1964)**. Curitiba: Juruá, 2009.

_____. **A opinião pública e a política externa do Brasil da Independência a Castelo Branco**. 1994. 153 p. Dissertação (Mestre em História das Relações Exteriores do Brasil) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

_____. **A Política Externa Independente (PEI): Antecedentes, Apogeu e Declínio**. In: **Lua Nova**. São Paulo, n° 93, p. 169-199, 2014.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: da Tríplice Aliança ao MERCOSUL (1870-2003)**. Rio de Janeiro: Reaven, 2003.

_____. **De Martí a Fidel: Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **Brasil – Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SZULC, Tad. **Fidel: um Retrato Crítico**. São Paulo: Best Seller, 1987

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Relações Brasil-Argentina: a construção do Entendimento (1962-1986)**. 2007. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

Declaração de Autenticidade

Eu, Uelma Alves da Silva, declaro para todos os efeitos que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “San Tiago Dantas e a Opinião Pública: Cuba na Conferência de Punta del Este (1962)” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado em outro idioma ou formato.

Brasília, 13 de dezembro de 2016.

Uelma Alves da Silva